

Comissão Estadual Revisora das Internações Psiquiátricas Involuntárias (CERUPI) no estado de Minas Gerais

Coordenação Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

**TORNAR REAL
O SUS IDEAL**



SAÚDE



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

- Institui a Comissão Revisora de Internações Psiquiátricas Involuntárias – CERIPI, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, com base na legislação nacional e estadual;
- Aos membros da CERIPI competem as ações definidas na Portaria GM 2.391, de 26 de dezembro de 2002, além de seguir as recomendações descritas nas normas e parâmetros legais, princípios, diretrizes, metodologia e disposições finais contidos nesta resolução, bem como os demais dispositivos previstos no **MANUAL DA CERIPI - COMISSÃO ESTADUAL REVISORA DAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS INVOLUNTÁRIAS**, contido no Anexo Único desta Resolução.
- Tópicos do manual: Princípios para as ações de revisão de IPI; Diretrizes Gerais e Diretrizes Específicas; Membros da CERIPI; Grupo Gestor e Competências da CERIPI
- A CERIPI tem como um de seus princípios a proteção dos direitos fundamentais das pessoas com sofrimento e transtornos mentais e/ou necessidades relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas; por meio da revisão, intervenção e prevenção de internações psiquiátricas ilegítimas;

- Os hospitais psiquiátricos públicos devem comunicar as internações psiquiátricas involuntárias no prazo de 72 horas;
- Toda a internação psiquiátrica involuntária deve ser revisada pela CERUPI em até 7 dias da data da hospitalização para emissão do laudo de confirmação ou suspensão do regime de tratamento adotado;
- O estabelecimento de saúde terá um prazo de 72 horas, a partir da notificação, para justificar ou suspender a IPI considerada irregular pela CERUPI;

- 5 Equipes CERUPI nas 5 regiões onde possuímos hospitais psiquiátricos do SUS: Belo Horizonte, Barbacena, Uberaba, Ituiutaba e São Sebastião do Paraíso;
- Composição da CERUPI Técnica: 1 médico psiquiatra; 1 Profissional não médico de nível superior da área de saúde mental; 1 profissional, não médico, de nível superior da área de saúde coletiva ou assistência social;
- Os termos terão vigência de 24 meses e o pagamento será por procedimento caracterizado como Revisão de Internação Psiquiátrica Involuntária (com emissão de parecer), com **valor unitário de R\$ 168,00** (cento e sessenta e oito reais), a ser realizado por equipe multiprofissional;
- **O recurso financeiro perfaz o valor de R\$ 588.000,00;** destes, R\$14.000 é capital.
- Os Consórcios deverão enviar para a SES/MG, via SEI, sua Manifestação de Interesse e a Documentação necessária, conforme definido no Anexo I, em até 30 (trinta) dias corridos após a publicação desta Resolução;
- Serão classificados os Consórcios cuja documentação esteja completa e atendam a todos os pré-requisitos: Estar em conformidade com a Lei 11.107 de 6 de abril de 2005 e com Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023 além de estar regular no CAGEC.

GRUPO GESTOR DA CERUPI

- O grupo tem encargo essencialmente normativo, sem prejuízo da ação executiva, fazendo a coordenação das ações de revisão das IPIs no Estado com colaboração das CERUPIs Técnicas;
- O grupo será composto por membros da CESMAD, membros do MPMG, membros do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial representando o COSEMS-MG, representantes do controle social, dos conselhos profissionais pertinentes a saúde mental, outras representações da sociedade civil que se fizerem pertinentes e coordenado pela chefia da Saúde Mental estadual.

OBRIGADA!

**TORNAR REAL
O SUS IDEAL**



SAÚDE



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.